

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Relatório de Gestão Consolidado do Município da Nazaré - Ano 2020	INFORMAÇÃO N.º: 310//2021
	NIPG: 6134/21
	DATA: 2021/06/09

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:

À Reunião
09-06-2021



Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

CHEFE DE DIVISÃO:

Ao Sr. Carlos Mendes para inserir o assunto na OD da próxima RCM, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara.
09-06-2021



A Chefe de Divisão da DAF

Helena Pola, Dra.

VEREADOR(A)/CHEFE DE DIVISÃO:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Concordo com o exposto.
À consideração superior,
09-06-2021



A Chefe de Divisão da DAF

Helena Pola, Dra.

INFORMAÇÃO

Exma. Senhora Chefe da DAF

No âmbito das competências definidas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, tem a Câmara Municipal competência de elaborar e aprovar os documentos do Relatório de Gestão Consolidado e remete-lo à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Assim, serve a presente para remeter a V. Exa, em anexo, o Relatório de Gestão Consolidado do Ano económico de 2020, elaborado pelo serviço de contabilidade, de acordo com os dados constantes da aplicação informática.

À consideração superior,

TÉCNICA SUPERIOR

09-06-2021

Lara Taveira





MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de 2020 do Município da Nazaré declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevância contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;
- g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;
- h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Nazaré, 16 de junho de 2021

Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara Municipal

O Vereador

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

Manuel António Águeda Sequeira

O Vereador

O Vereador

Salvador Portugal Formiga

Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues

A Vereadora

Regina Margarida Amada Piedade Matos

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

O Vereador

O Vereador

António Gordinho Trindade

Alberto Madaíl da Silva Belo






MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Av. Vieira Guimarães
262 55 00 10
geral@cm-nazare.pt

ANO 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL DA NAZARÉ

 vimeo.com/municipiodanazare
 facebook.com/cmnazare
 instagram.com/municipiodanazare/



Índice

Introdução	2
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação	3
Principais atividades desenvolvidas	6
Recursos humanos	7
Análise económica e financeira	8
Processo de transição para SNC-AP	8
Balanço	9
Demonstração de resultados por natureza	12
Covid-19	17
Demonstrações orçamentais consolidadas	18
Demonstração orçamental consolidada do desempenho orçamenta	19
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	20
Demonstrações financeiras consolidadas	21
Balanço consolidado	22
Demonstrações dos resultados consolidados por natureza	23
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	24
Demonstração das alterações no património líquido	25
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	26



Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), prevê no seu artigo 75.º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios.

De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no n.º 3 do artigo 75.º, do RFALEI).

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Neste contexto, o Município da Nazaré elaborou em 2020, a consolidação de contas do grupo municipal.



Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

De acordo com o normativo, a existência ou presunção de controlo, por parte dos municípios, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.



Com base nestes pressupostos, temos:

Grupo Municipal da Nazaré



O município da Nazaré detém participação financeira nos Serviços Municipalizados da Nazaré e na empresa municipal Nazaré Qualifica.

De seguida apresentam-se as entidades incluídas na consolidação e o respetivo método de consolidação utilizado.

Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico

Entidade	Tipo	Capital	% Participação	NCP aplicável	Mensuração	
					Contas individuais	Contas consolidadas
Serviços Municipalizados da Nazaré	SM	9 485 572,98	100,00%	NCP 22	MEP	Integral
Nazaré Qualifica, EM	EM	10 000,00	100,00%	NCP 22	MEP	Integral



Definição dos métodos

- Método de consolidação integral: método de consolidação adotado em situações de controlo exclusivo. Consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante;
- Método da equivalência patrimonial: método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.



Principais atividades desenvolvidas

➤ Serviços Municipalizados da Nazaré

Os Serviços Municipalizados da Nazaré asseguram e gestão de vários serviços básicos, tais como abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos urbanos, saneamento, limpeza urbana e transporte coletivo de pessoas.

➤ Nazaré Qualifica EM – Unipessoal, Lda

A entidade Nazaré Qualifica EM - Unipessoal, Lda. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral destinada à promoção e gestão de equipamentos coletivos e de desenvolvimento económico, gestão do estacionamento público urbano e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto. Societariamente, é uma empresa municipal que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.



Recursos humanos

O número de funcionários das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 450 em 31 de dezembro de 2020, repartido por categorias da seguinte forma:

Categoria profissional	N.º de funcionários			Total
	CMN	SMN	NQ	
Dirigente superior	0	0	0	0
Dirigente intermédio	3	0	0	3
Técnico superior	46	8	15	69
Assistente técnico	44	22	3	69
Assistente operacional	113	93	70	276
Outros	33	0	0	33
Total	239	123	88	450

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia COVID-19. A nível da prevenção e segurança foram desenvolvidos diversos procedimentos para proteger os funcionários e garantir a segurança nas instalações camarárias.



Análise económico-financeira

Processo de transição para SNC-AP

Antes do início da análise económico-financeira propriamente dita, há que ter em conta algumas considerações.

Este é o primeiro ano que o Grupo Municipal da Nazaré apresenta contas consolidadas em SNC-AP.

Apesar de não ser obrigatório, o Grupo Municipal da Nazaré optou por ajustar os saldos referentes a 2019 de POCAL para SNC-AP, tendo como objetivo a compatibilidade e comparabilidade entre exercícios.

Esta comparação é total no balanço, contudo, no que respeita à demonstração de resultados, os valores de 2019 e 2020 das rubricas de depreciações/amortizações e provisões não são suscetíveis de comparação.

As alterações mais relevantes relativamente à transição do normativo POCAL para SNC-AP em termos de balanço são:

- Alteração de vida útil dos ativos fixos tangíveis, o que tem um impacto nas depreciações acumuladas e dos respetivos subsídios aos investimentos;
- Desreconhecimento dos ativos intangíveis;
- Alteração no critério de constituição de provisões para processos judiciais em curso;
- Reconhecimento da participação financeira dos Serviços Municipalizados e alteração do critério de valorização das participações financeiras;
- Diversas reclassificações entre contas, mas sem impacto na rubrica de ajustamentos de transição.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

**Balanço**

➤ Ativo

No final de 2020, o ativo do Grupo Municipal ascendeu a 54.695.848,45 €, o que significa um aumento de 953 mil euros em relação ao ano anterior (1,77%). Do total do ativo, 87,1% é constituído por ativo não corrente e 12,9% por ativo corrente. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

ATIVO	2020	2019	Var. 20/19	Var. %
Ativos fixos tangíveis	46 620 268,37	45 538 250,77	1 082 017,60	2,38%
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	-
Ativos intangíveis	324 112,36	182 340,97	141 771,39	77,75%
Participações financeiras	840 556,00	840 556,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	-
Ativo não corrente	47 784 936,73	46 561 147,74	1 223 788,99	2,63%
Inventários	353 165,54	266 338,08	86 827,46	32,60%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	170 617,23	168 520,19	2 097,04	1,24%
Clientes, contribuintes e utentes	630 468,65	730 953,40	-100 484,75	-13,75%
Estado e outros entes públicos	157 783,04	240 728,33	-82 945,29	-34,46%
Outras contas a receber	1 173 900,45	1 000 004,41	173 896,04	17,39%
Diferimentos	54 021,77	51 141,57	2 880,20	5,63%
Outros ativos financeiros	500,00	500,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos	4 370 455,04	4 722 655,77	-352 200,73	-7,46%
Ativo corrente	6 910 911,72	7 180 841,75	-269 930,03	-3,76%
Ativo Total	54 695 848,45	53 741 989,49	953 858,96	1,77%

Os ativos fixos tangíveis representam 85% do total do ativo e registam um aumento de 1 milhão de euros face a 2019. Tal resulta, nomeadamente, da inventariação dos bens imóveis e infraestruturas que passaram do Município para os Serviços Municipalizados no âmbito do saneamento.

As dívidas de terceiros representam 3,90% do ativo total e tiveram uma ligeira diminuição.

A rubrica caixa e depósitos registou um decréscimo de 352 mil euros, muito por força da diminuição da atividade económica imposta pelo surto pandémico do COVID-19.



➤ Património líquido

O património líquido do grupo municipal apresenta no final de 2020, o valor de 18.766.475,49 €, refletindo um aumento de 2,1 milhões de euros face ao final de 2019.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2020	2019	Var. 20/19	Var. %
Património / Capital	12 811 254,78	12 811 254,78	0,00	0,00%
Reservas	307 676,23	307 676,23	0,00	0,00%
Resultados transitados	-2 131 566,95	-3 219 893,01	1 088 326,06	-33,80%
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 948 493,03	-4 937 701,35	-10 791,68	0,22%
Outras variações no património líquido	12 246 773,54	11 024 015,89	1 222 757,65	11,09%
Resultado líquido do período	480 830,92	637 924,06	-157 093,14	-24,63%
Património Líquido Total	18 766 475,49	16 623 276,60	2 143 198,89	12,89%

As rubricas que compõem o património líquido que mais contribuíram para esta variação foram as outras variações no património líquido (1,2 milhões de euros) e os resultados transitados (1 milhão de euros).



➤ Passivo

Em relação ao passivo, o Grupo Municipal apresentou a 31 de dezembro de 2020 um valor de 35.929.372,96 €, verificando-se uma redução de 1,1 milhões de euros em relação ao final de 2019. O passivo não corrente representa 88,6% do total e o passivo corrente 11,4%. Seguidamente pode verificar-se a estrutura e a evolução das suas rubricas.

PASSIVO	2020	2019	Var. 20/19	Var. %
Provisões	1 880 177,17	1 952 733,14	-72 555,97	-3,72%
Financiamentos obtidos	29 141 690,60	29 987 254,81	-845 564,21	-2,82%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	-
Outras contas a pagar	835 867,43	773 489,25	62 378,18	8,06%
Passivo não corrente	31 857 735,20	32 713 477,20	-855 742,00	-2,62%
Fornecedores	1 122 842,14	1 378 056,48	-255 214,34	-18,52%
Estado e outros entes públicos	149 275,09	226 339,18	-77 064,09	-34,05%
Financiamentos obtidos	1 008 153,54	251 388,55	756 764,99	301,03%
Fornecedores de investimentos	587 199,25	1 012 022,85	-424 823,60	-41,98%
Outras contas a pagar	1 204 167,74	1 537 428,63	-333 260,89	-21,68%
Passivo corrente	4 071 637,76	4 405 235,69	-333 597,93	-7,57%
Passivo Total	35 929 372,96	37 118 712,89	-1 189 339,93	-3,20%

A variação negativa de 3,2% resulta do decréscimo de praticamente todas as rubricas do passivo corrente. As rubricas de fornecedores, fornecedores de investimentos e outras contas a pagar diminuíram em 18,5%, 41,9% e 21,6%, respetivamente.

**Demonstração de resultados por natureza**

O ano de 2020 saldou-se por um resultado líquido positivo de 480.830,92 €.

DESCRIÇÃO	VALOR	%
RENDIMENTOS		
Impostos, contribuições e taxas	7 654 645,81	39,18%
Vendas	1 447 783,75	7,41%
Prestações de serviços e concessões	4 644 477,45	23,77%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 392 816,47	22,48%
Trabalhos para a própria entidade	90 949,14	0,47%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	7 287,06	0,04%
Outros rendimentos	1 292 445,87	6,61%
Juros e rendimentos similares obtidos	7 948,57	0,04%
Total de rendimentos	19 538 354,12	100,00%
GASTOS		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	870 202,30	4,57%
Fornecimentos e serviços externos	5 616 787,03	29,47%
Gastos com pessoal	7 810 800,16	40,99%
Transferências e subsídios concedidos	881 619,42	4,63%
Outros gastos	842 941,16	4,42%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2 465 499,18	12,94%
Juros e gastos similares suportados	555 963,92	2,92%
Imposto sobre o rendimento	13 710,03	0,07%
Total de gastos	19 057 523,20	100,00%
Resultado líquido do período	480 830,92	2,46%

Os rendimentos totalizaram 19.538.354,12 €, e por sua vez, os gastos fixaram-se em 19.057.523,20 €, ou seja, 2,46% abaixo dos rendimentos.

Verifica-se que a atividade financeira do Grupo Municipal se sustentou em três importantes áreas: “Impostos, contribuições e taxas”, “Prestações de serviços e concessões” e “Transferências e subsídios correntes obtidos” que no seu conjunto foram responsáveis por 85,43% dos rendimentos. Para além destas, as vendas atingiram 1.447.783,75 €, nomeadamente a venda da água por parte dos Serviços Municipalizados e existiram outros rendimentos de 1.292.445,87 €, na sua maior parte resultantes da especialização dos subsídios ao investimento, das rendas de edifícios, da renda de concessão da EDP e de compensações ao município em processos de edificação urbana.



Nos gastos, a distribuição é relativamente equilibrada, sendo, no entanto, de referir o peso estrutural das rubricas:

- Gastos com o pessoal, com 40,99%
- Fornecimentos e serviços externos, com 29,47%
- Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 12,94%

No que concerne à comparabilidade da demonstração de resultados por natureza, realça-se que, quer a rubrica de provisões, quer a rubrica de gastos de depreciação e amortização, não são suscetíveis de comparação.

Em termos de evolução, temos:

Rendimentos

Efetuando uma análise aos rendimentos do ano de 2020 e respetiva evolução, podemos concluir que houve um decréscimo de 578 mil euros face ao ano de 2019.

RENDIMENTOS	31/12/2020	31/12/2019	Var. 20/19	Var. %
Impostos e contribuições	7 654 645,81	7 058 827,73	595 818,08	8,44%
Impostos diretos	5 163 757,55	5 135 064,82	28 692,73	0,56%
Derrama	218 701,38	269 040,30	-50 338,92	-18,71%
IMI	4 558 951,63	4 469 894,53	89 057,10	1,99%
IUC	370 162,41	376 784,82	-6 622,41	-1,76%
Outros	15 942,13	19 345,17	-3 403,04	-17,59%
Impostos indiretos	2 260 713,73	1 757 228,93	503 484,80	28,65%
Loteamentos e obras	242 399,45	211 183,08	31 216,37	14,78%
Ocupação de via pública	80 161,01	226 979,44	-146 818,43	-64,68%
IMT	1 928 904,78	1 310 387,31	618 517,47	47,20%
Outros	9.248,49	8.679,10	569,39	6,56%
Taxas, multas e outras penalidades	230 174,53	166 533,98	63 640,55	38,21%
Vendas	1 447 783,75	1 971 708,51	-523 924,76	-26,57%
Prestações de serviços e concessões	4 644 477,45	6 031 755,40	-1 387 277,95	-23,00%
Transferências e subsídios obtidos	4 392 816,47	3 810 015,13	582 801,34	15,30%
Trabalhos para a própria entidade	90 949,14	0,00	90 949,14	100,00%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	7 287,06	166 147,79	-158 860,73	-95,61%
Outros rendimentos	1 292 445,87	1 078 586,36	213 859,51	19,83%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	7 948,57	3,63	7 944,94	100,00%
Total	19 538 354,12	20 117 044,55	-578 690,43	-2,88%



A rubrica de prestações de serviços e concessões teve uma diminuição de 1,38 milhões de euros, e as vendas uma diminuição de 523 mil euros, em grande parte devido à situação socioeconómica que se instalou no país em março, resultado da pandemia que ainda perdura. Este decréscimo é consequência do encerramento de diversos equipamentos, entre os principais, o ascensor, o Forte S. Miguel Arcanjo (Farol), piscina municipal e vários equipamentos culturais, gerando uma cobrança menor de receita neste tipo de serviços e no âmbito do pacote de medidas que o Grupo Municipal implementou para minimizar os efeitos negativos da pandemia COVID-19 nos municípios e empresas locais, tendo reduzido ou isentando o pagamento de diversas taxas, nomeadamente no pagamento da água, de estacionamento, nos transportes urbanos, entre outros.

Em sentido inverso, os impostos indiretos registaram um aumento de 28,65% (+503 mil euros), resultado essencialmente do acréscimo da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) e do acréscimo de taxas de loteamento e obras. O IMT é um imposto de carácter muito variável, tendo aumentado face ao ano anterior, e apesar da situação de pandemia que atravessamos, o mercado imobiliário de transações foi superior ao expectável, o que transmite sinais de recuperação económica e confiança da população em geral.

Também a rubrica de transferências e subsídios obtidos, regista um incremento de 15,30% (+582 mil euros), que resulta da transferência proveniente do OE como participação dos municípios na receita do IVA (alínea d) do art. 25.º e art. 26.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (+154 mil euros), da diminuição das transferências da DGESTE (-256 mil euros), da diminuição de outras transferências correntes (-111 mil euros) e das transferências do IGEFE por conta da transferência de competências na área da educação, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (+755 mil euros). Este último motivo, a transferência de competências na área da educação, teve o seu início no ano de 2020 e a receita liquidada compensa o aumento da despesa com o pessoal.

Gastos

No que diz respeito aos gastos no final do ano 2020, verifica-se um decréscimo de 421.597,29 € face ao período homólogo.



GASTOS	31/12/2020	31/12/2019	Var. 20/19	Var. %
CMVMC	870 202,30	955 782,35	-85 580,05	-8,95%
Fornecimentos e serviços externos	5 616 787,03	6 797 207,86	-1 180 420,83	-17,37%
Gastos com o pessoal	7 810 800,16	7 094 112,74	716 687,42	10,10%
Transferências e subsídios concedidos	881 619,42	972 306,95	-90 687,53	-9,33%
Gastos imputados de entidades controladas	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Provisões	0,00	72 555,97	-72 555,97	-100,00%
Outros gastos e perdas	842 941,16	630 576,74	212 364,42	33,68%
Gastos de depreciação e de amortização	2 465 499,18	2 250 100,13	215 399,05	9,57%
Juros e gastos similares suportados	555 963,92	681 982,62	-126 018,70	-18,48%
Imposto sobre o rendimento	13 710,03	24 495,13	-10 785,10	-44,03%
Total	19 057 523,20	19 479 120,49	-421 597,29	-2,16%

Esta variação de -2,16% resulta de um conjunto de comportamentos díspares nas várias rubricas. Em termos absolutos, as rubricas que se evidenciaram foram, no que a aumentos diz respeito, a rubrica “gastos com o pessoal” com 716 mil euros, a rubrica de “gastos de depreciação e de amortização” com 215 mil euros e a rubrica de “outros gastos e perdas” com 212 mil euros; em sentido inverso, verificaram-se reduções na rubrica de “fornecimentos e serviços externos” com 1,1 milhões de euros, na rubrica “juros e gastos similares suportados” com 126 mil euros e na rubrica “transferências e subsídios concedidos” com 90 mil euros.

A grande variação face ao ano anterior registou-se nos fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas. Teve um decréscimo de 17,37%.

Grande parte desta redução prende-se com a situação em que vivemos com a pandemia COVID-19. Os gastos com água, gás, refeições escolares, serviços inerentes a eventos culturais e desportivos, diminuíram todos, uma vez que o encerramento das escolas, das cantinas escolares, das piscinas dos centros escolares e da piscina municipal e a não realização de vários eventos, conduziram a tal decréscimo neste tipo de gastos.

Por outro lado, registou-se um aumento em outros fornecimentos e serviços associados a despesas com a COVID-19, nomeadamente ao nível de aquisição de máscaras sociais para oferta aos munícipes, todo o tipo de desinfetantes e álcool gel, placas informativas e sinalização diversa, vestuário adequado para reforço da segurança e higiene dos funcionários da autarquia, aquisição de bens alimentares para pessoas carenciadas e reforço nos prestadores de serviços para as escolas do concelho e higienização das instalações do Grupo Municipal.



Em sentido inverso, registou-se um aumento significativo nos gastos com pessoal (+716 mil euros). Estes gastos compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários e executivo do Grupo Municipal. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 450 colaboradores, mais 73 relativamente ao final de 2019. No âmbito da transferência de competências na educação, foram transferidos para o Município da Nazaré 36 colaboradores até ao final do ano.

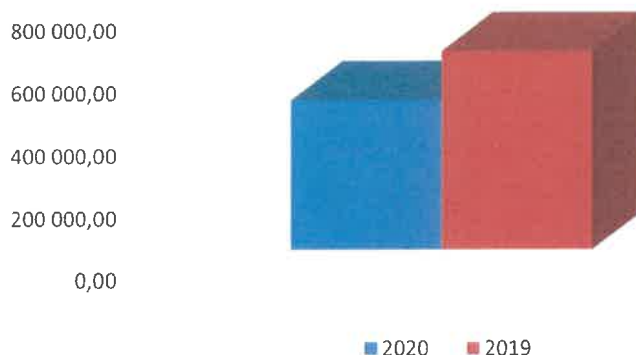
Este aumento em termos de gasto resulta da transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, do descongelamento das progressões na carreira, do aumento do salário mínimo nacional, das entradas pelos procedimentos concursais para contratos de trabalho por tempo indeterminado nos Serviços Municipalizados e da contratação de pessoal para reforço de equipas de que executam tarefas de limpeza e higienização. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

Resultado líquido consolidado do exercício

O resultado líquido do Grupo Municipal do exercício de 2020 fixou-se nos 480.830,92 €.

Este resultado consolidado, difere do resultado que consta nas contas individuais do Município em 90.038,15 €, uma vez que as contas individuais do Município tiveram por base um resultado provisório dos Serviços Municipalizados, que face ao resultado definitivo, difere nesse montante.

Resultado líquido do Grupo Municipal





Covid-19

O ano de 2020 fica irremediavelmente marcado pela pandemia da COVID-19 que modificou a forma de viver por esse mundo fora e acarreta grandes constrangimentos socioeconómicos e consequentes impactos nas economias mundiais e locais, bem como uma situação de emergência de saúde pública, exigindo a adoção de medidas urgentes e excepcionais para fazer face às consequências da pandemia.

O Grupo Municipal da Nazaré não foge à regra, e no intuito de minimizar os impactos negativos nos seus municípios e na economia local, aprovou um pacote de medidas, que tiveram e terão efeitos nas contas municipais, nomeadamente ao nível da despesa, mas também na redução de receita.

Entidade do Grupo Municipal	Despesas destinadas a medidas de combate aos efeitos da COVID-19 - Ano 2020	Valor	Quebra de receitas estimada face às medidas de combate à pandemia COVID-19 - Ano 2020	Valor
Município da Nazaré	Aquisição de bens e serviços	243 856,27	Taxas, licenças, multas ou outras penalidades em loteamentos e obras particulares	30 620,00
	Subsídios	50 000,00	Taxas, licenças, multas ou outras penalidades por ocupação da via pública, publicidade. Mercados e feiras e outras	47 210,00
	Aquisição de bens de capital	28 182,67	Rendimentos de propriedade, incluindo rendas de habitação e de outros espaços municipais	27 550,00
			Outras reduções de receitas	70 690,00
	Total	322 038,94	Total	176 070,00
Serviços Municipalizados da Nazaré	Aquisição de bens e serviços	135 008,00	Vendas de bens e serviços, incluindo fornecimento de água, RSU e outras	270 460,00
			Vendas de bens e serviços, incluindo transportes urbanos e ascensor	174 950,00
	Total	135 008,00	Total	445 410,00
Nazaré Qualifica, EM			Receita do Forte S. Miguel Arcanjo (Faro)	267 000,00
			Receita de parques e parquímetros	337 800,00
	Total	0,00	Total	604 800,00

Tudo isto, como é obvio, terá implicações, quer nos próximos orçamentos, quer do Município, quer dos Serviços Municipalizados, quer nos próximos relatórios de gestão e respetivas contas.



Demonstrações orçamentais consolidadas



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2020	RUBRICA	PAGAMENTOS	2020
RA01	Saldo de gerência anterior	4 722 655,77			
RI01	Operações orçamentais [1]	3 868 874,07			
RI02	Devolução do saldo operações orçamentais	3 868 874,07			
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades				
RI03	Operações de tesouraria [A]	853 781,70			
RA02	Receita corrente	21 005 118,59	DA01	Despesa corrente	19 097 578,01
R1	Receita fiscal	7 238 169,87	D1	Despesas com o pessoal	7 201 813,16
R1.1	Impostos diretos	7 045 680,20	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 535 441,91
R1.2	Impostos indiretos	192 489,67	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	391 512,53
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D1.3	Segurança social	1 268 676,77
R3	Taxas, multas e outras penalidades	362 010,34	D2	Aquisição de bens e serviços	8 251 237,30
R4	Rendimentos de propriedade	455 862,78	D3	Juros e outros encargos	779 522,88
R5	Transferências e subsídios correntes	4 341 641,42	D4	Transferências e subsídios correntes	1 314 841,94
R5.1	Transferências correntes	4 341 641,42	D4.1	Transferências correntes	691 408,66
R5.1.1	Administrações Públicas	4 341 641,42	D4.1.1	Administrações Públicas	128 000,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 321 641,42	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R5.1.1.3	Segurança Social		D4.1.1.3	Segurança Social	
R5.1.1.4	Administração Regional		D4.1.1.4	Administração Regional	
R5.1.1.5	Administração Local		D4.1.1.5	Administração Local	128 000,00
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	390 782,89
R5.1.3	Outras		D4.1.3	Famílias	72 625,77
R5.2	Subsídios correntes		D4.1.4	Outras	100 000,00
R6	Venda de bens e serviços	5 426 571,81	D4.2	Subsídios Correntes	0,00
R7	Outras receitas correntes	1 456 888,66	D5	Outras despesas correntes	459 622,30
RA03	Receita de capital	2 077 459,38	DA02	Despesa de capital	4 263 914,30
R8	Venda de bens de investimento		D6	Aquisição de bens de capital	4 211 668,28
R9	Transferências e subsídios de capital	2 077 459,38	D7	Transferências e subsídios de capital	52 246,02
R9.1	Transferências de capital	2 077 459,38	D7.1	Transferências de capital	52 246,02
R9.1.1	Administrações Públicas	2 077 459,38	D7.1.1	Administrações Públicas	32 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 077 459,38	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R9.1.1.3	Segurança Social		D7.1.1.3	Segurança Social	
R9.1.1.4	Administração Regional		D7.1.1.4	Administração Regional	
R9.1.1.5	Administração Local		D7.1.1.5	Administração Local	32 000,00
R9.1.2	Exterior - U E		D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	20 246,02
R9.1.3	Outras		D7.1.3	Famílias	
R9.2	Subsídios de capital		D7.1.4	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D7.2	Subsídios de capital	
RA04	Receita efetiva [2]	23 082 577,97	D8	Outras despesas de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		DA03	Despesa efetiva [5]	23 361 492,31
RA05	Receita não efetiva [3]		DA04	Despesa não efetiva [6]	235 634,25
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	20 669,50
R13	Receita com passivos financeiros		D10	Despesa com passivos financeiros	214 964,75
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	27 072 577,61	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	23 597 126,56
ROT1	Operações de tesouraria [B]	104 637,94	DOT1	Operações de tesouraria [C]	102 290,08
			DA06	Saldo para a gerência seguinte	4 370 455,04
			DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 514 325,48
			DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	856 129,56
			DA09	Saldo global [2] - [5]	-137 960,04
			DA10	Despesa primária	20 188 800,94
			DA11	Saldo corrente	1 878 861,91
			DA12	Saldo de capital	-2 131 562,06
			DA13	Saldo primário	526 822,73
			DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	24 545 623,31
			DA15	Despesa total [5] + [6]	21 184 912,37



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Grupo Municipal da Nazaré

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2020	31/12/2019	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2020	31/12/2019
	Receita corrente	1 263 376,25	2 240 057,54		Despesa corrente	986 052,17	1 202 231,35
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	100 752,69	52 851,74
R1.1	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	67 050,98	27 166,18
R1.2	Impostos indiretos	18 575,06	10 257,63	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	4 780,72	
R2	Contribuições sist. proteção social e subsist. saúde			D1.3	Segurança social	59 730,92	25 685,56
R3	Taxas, multas e outras penalidades	42 179,84	947 184,42	D2	Aquisição de bens e serviços	822 690,90	1 091 735,18
R4	Rendimentos de propriedade	1 212,00	1 212,00	D3	Juros e outros encargos		3 292,12
R5	Transferências e subsídios correntes	119 308,71	117 211,67	D4	Transferências e subsídios correntes	892,14	24 975,68
R5.1	Transferências correntes			D4.1	Transferências correntes		
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	119 308,71	117 211,67	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	9,00	24 430,68
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	883,14	545,00
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	1 047 664,79	1 083 871,12	D4.2	Subsídios Correntes		
R7	Outras receitas correntes	34 435,85	80 320,70	D5	Outras despesas correntes	61 716,44	29 376,63
	Receita de capital	0,00	0,00		Despesa de capital	512 194,54	1 108 474,32
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	512 194,54	1 105 884,23
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		2 590,09
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		2 590,00
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [1]	1 263 376,25	2 240 057,54		Despesa efetiva [4]	1 498 246,71	2 310 705,67
	Receita não efetiva [2]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [5]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
	Receita total [3]=[1]+[2]	1 263 376,25	2 240 057,54		Despesa Total [6]=[4]+[5]	1 498 246,71	2 310 705,67



Demonstrações financeiras consolidadas

**BALANÇO CONSOLIDADO**
Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	46 620 268,37	45 538 250,77
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3	324 112,36	182 340,97
Participações financeiras	22	840 556,00	840 556,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		47 784 936,73	46 561 147,74
Ativo corrente			
Inventários	10	353 165,54	266 338,08
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	23.2	170 617,23	168 520,19
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	630 468,65	730 953,40
Estado e outros entes públicos	23.2	157 783,04	240 728,33
Outras contas a receber	23.2	1 173 900,45	1 000 004,41
Diferimentos		54 021,77	51 141,57
Outros ativos correntes		500,00	500,00
Caixa e depósitos	1.2	4 370 455,04	4 722 655,77
		6 910 911,72	7 180 841,75
Total Ativo		54 695 848,45	53 741 989,49
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23.1	12 811 254,78	12 811 254,78
Reservas	23.1	307 676,23	307 676,23
Resultados transitados	23.1	-2 131 566,95	-3 219 893,01
Ajustamentos em ativos financeiros	23.1	-4 948 493,03	-4 937 701,35
Outras variações no património líquido	23.1	12 246 773,54	11 024 015,89
Resultado líquido do período	23.1	480 830,92	637 924,06
Total Património Líquido		18 766 475,49	16 623 276,60
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 880 177,17	1 952 733,14
Financiamentos obtidos	7	29 141 690,60	29 987 254,81
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23.2	835 867,43	773 489,25
		31 857 735,20	32 713 477,20
Passivo corrente			
Fornecedores	23.2	1 122 842,14	1 378 056,48
Estado e outros entes públicos	23.2	149 275,09	226 339,18
Financiamentos obtidos	7	1 008 153,54	251 388,55
Fornecedores de investimentos	23.2	587 199,25	1 012 022,85
Outras contas a pagar	23.2	1 204 167,74	1 537 428,63
		4 071 637,76	4 405 235,69
Total Passivo		35 929 372,96	37 118 712,89
Total Património Líquido e Passivo		54 695 848,45	53 741 989,49

Exercício económico de 2020



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA
Grupo Municipal da Nazaré

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	23.3	7 654 645,81	7 058 827,73
Vendas	23.3	1 447 783,75	1 971 708,51
Prestações de serviços e concessões	23.3	4 644 477,45	6 031 755,40
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	4 392 816,47	3 810 015,13
Rendimentos/Gastos imputados de entidades		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	23.3	90 949,14	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-870 202,30	-955 782,35
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-5 616 787,03	-6 797 207,86
Gastos com pessoal	23.5	-7 810 800,16	-7 094 112,74
Transferências e subsídios concedidos	23.6	-881 619,42	-972 306,95
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		7 287,06	166 147,79
Provisões (aumentos/reduções)	15	0,00	-72 555,97
Outros rendimentos	23.3	1 292 445,87	1 078 586,36
Outros gastos	23.6	-842 941,16	-630 576,74
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		3 508 055,48	3 594 498,31
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-2 465 499,18	-2 250 100,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 042 556,30	1 344 398,18
Juros e rendimentos similares obtidos		7 948,57	3,63
Juros e gastos similares suportados	7	-555 963,92	-681 982,62
Resultado antes de impostos		494 540,95	662 419,19
Imposto sobre o rendimento		-13 710,03	-24 495,13
Resultado líquido do período		480 830,92	637 924,06



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Grupo Municipal da Nazaré

Rubricas	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7 680 609,66	10 299 413,11
Recebimentos de contribuintes		7 238 169,87	6 920 762,56
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		3 718 208,14	2 514 737,18
Recebimentos de utentes		362 135,70	373 541,35
Pagamentos a fornecedores		-7 921 946,31	-18 110 107,28
Pagamentos ao pessoal		-7 201 813,16	-6 689 286,87
Pagamentos de transferências e subsídios		-691 408,66	-1 150 443,22
Caixa gerada pelas operações		3 183 955,24	-5 841 383,17
Outros recebimentos/pagamentos		-494 543,92	-1 233 939,82
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 689 411,32	-7 075 322,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 263 914,30	-10 708 500,82
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Propriedades de Investimento			
Recebimentos - Transferências de capital		2 077 459,38	2 046 335,08
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 186 454,92	-8 662 165,74
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		0,00	19 754 798,37
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-235 634,25	-1 291 674,30
Pagamentos - Juros e gastos similares		-779 522,88	-2 425 537,08
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-855 157,13	16 037 586,99
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-352 200,73	300 098,26
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 722 655,77	4 422 557,51
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 370 455,04	4 722 655,77
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 722 655,77	4 422 557,51
Saldo da gerência anterior (SGA)		4 722 655,77	4 422 557,51
SGA De execução orçamental		3 868 874,07	3 608 786,84
SGA De operações de tesouraria		853 781,70	813 770,67
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 370 455,04	4 722 655,77
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 370 455,04	4 722 655,77
SGS De execução orçamental		3 514 325,48	3 868 874,07
SGS De operações de tesouraria		856 129,56	853 781,70



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Grupo Municipal da Nazaré

Ano 2020

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Total do património líquido
	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - SNC-AP	12 811 254,78				307 676,23	-3 219 893,01	-4 937 701,35		11 024 015,89	637 924,06	16 623 276,60	16 623 276,60
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00				0,00	450 402,00	-10 791,68		1 222 757,65		1 662 367,97	1 662 367,97
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico											0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas						450 402,00						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital									1 222 757,65		1 222 757,65	1 222 757,65
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido												
Correção de erros materiais											-10 791,68	-10 791,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										480 830,92	480 830,92	480 830,92
RESULTADO INTEGRAL										1 118 754,98	1 118 754,98	1 118 754,98
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00				0,00	637 924,06	0,00		0,00	-637 924,06	0,00	0,00
Subscrições de capital/património						0,00					0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações						637 924,06				-637 924,06	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	12 811 254,78				307 676,23	-2 131 566,95	-4 948 493,03		12 246 773,54	480 830,92	18 766 475,49	18 766 475,49



Anexos às demonstrações financeiras consolidadas

**Nota 0 – Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória**

O Grupo Municipal da Nazaré adotou o SNC-AP a 1 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas pela primeira vez segundo o novo referencial contabilístico SNC-AP e foram obedecidas as Normas de Contabilidade Pública.

Apesar de não ser obrigatório, o Grupo Municipal optou por ajustar os saldos referentes a 2019 de POCAL para SNC-AP, tendo como objetivo a compatibilidade e comparabilidade entre exercícios. Esta comparação é total no balanço, contudo, no que respeita à demonstração de resultados, os valores de 2019 e 2020 das rubricas de depreciações/amortizações e provisões não são suscetíveis de comparação.

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação**1.1 – Entidades incluídas na consolidação**

As entidades incluídas na consolidação e que fazem parte do grupo municipal são as que constam no quadro seguinte.

Quadro 1.1 - Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Administração Local					a)
Serviços Municipalizados da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Abastecimento de água	9 485 572,98	9 485 572,98	100,00%		b)
Nazaré Qualifica, EM	Estrada da Praia do Norte, 2450-504 Nazaré	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	10 000,00	10 000,00	100,00%		b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município da Nazaré

**1.1.1 – Princípios e políticas contabilísticas nas entidades incluídas na consolidação**

Quer os princípios quer políticas contabilísticas adotadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados são coincidentes entre si.

No que se refere à Nazaré Qualifica, as taxas de depreciação utilizadas e o critério de cálculo e contabilização de imparidades são divergentes. Contudo, as diferenças são imateriais nas demonstrações financeiras consolidadas.

Procedeu-se à eliminação dos saldos, transações, transferências e subsídios e resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades consolidantes.

1.2 – Caixa e depósitos

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1.2 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020		2019	
Caixa		450 016,09		472 387,15
Caixa	15 188,71		34 571,77	
Caixa - valores a regularizar	434 827,38		437 815,38	
Depósitos à ordem		3 920 438,95		4 250 268,62
Depósitos bancários à ordem	796 923,21		1 125 152,44	
Depósitos bancários à ordem - valores a regularizar	3 123 515,74		3 125 116,18	
Total de caixa e depósitos		4 370 455,04		4 722 655,77

Conforme se pode observar no quadro supra, nele consta o valor de 3.558.343,12 € relativo a valores a regularizar, que dizem respeito a divergências apuradas de anos anteriores a 2015 nos saldos de caixa e depósitos.



Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações financeiras

O Município adotou dois critérios de mensuração:

- a) as participações financeiras inferiores a 20% foram mensuradas ao custo (de acordo com a NCP 18),
- b) as participações financeiras superiores a 20% foram mensuradas ao método de equivalência patrimonial (MEP) (de acordo com a NCP 23).

No método do custo, inicialmente o investimento é reconhecido pelo seu custo e vai sendo ajustado por perdas por imparidade.

No método de equivalência patrimonial, inicialmente a participação é reconhecida pelo custo, sendo depois ajustada conforme os resultados das participadas, ou seja, o resultado líquido das participadas são reconhecidos nos resultados líquidos do Município.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) aquele que é utilizado.

A implementação no Município e nos Serviços Municipalizados do SNC-AP a partir do dia 1 de janeiro de 2020, em substituição do POCAL, implicou correções ao nível dos seus ativos, nomeadamente:

- 1) Desreconhecimento dos ativos fixos intangíveis, por não reunirem os critérios de reconhecimento e mensuração indicados na Norma de Contabilidade Pública 3, que indica que *“um ativo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se for provável que fluirão para a entidade os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo”*. Esta situação levou ao desreconhecimento de 194.326,07 € (48.337,37 € da conta de



ativos fixos intangíveis e 145.988,70 € da conta de investimentos em curso) por contrapartida da conta 56.4 (ajustamentos de transição para o SNC-AP);

- 2) Alteração da vida útil dos imóveis (edifícios e outras construções) em resultado da aplicação das novas taxas definidas no Classificador Complementar 2 (Portaria n.º 189/2016), que veio substituir o CIBE (Portaria n.º 671/2000). Concretamente, a vida útil dos edifícios e outras construções passou de 149 anos para 100 anos, de 80 anos para 50 anos e de 20 anos para 10 anos, consoante o tipo de material usado na sua construção e o próprio tipo de construção. As correções das depreciações foram feitas retroativamente como se a nova taxa fosse utilizada desde o início. Esta situação implicou regularizar as depreciações desses bens, o que resultou numa correção no valor de 5.712.007,27 €, por contrapartida da conta 56.4 (ajustamentos de transição para o SNC-AP). Para os bens móveis mantiveram-se as vidas úteis do CIBE, utilizadas em POCAL, conforme opção dada pela Portaria nº 189/2016, referente às Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional.

Desde o dia 1 de janeiro de 2020, todos os bens são inventariados segundo as taxas constantes do Classificador Complementar 2 (anexo III da Portaria nº 189/2016).

A todos os bens com um valor de aquisição inferior ou igual a 266,89 euros é atribuída uma taxa de amortização de 100%, o que equivale ao bem ser depreciado em 12 meses.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição.

**Especialização do exercício**

Em conformidade com o princípio de especialização do exercício, os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que respeitam, independentemente do momento em que as transações são registadas.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2020, os movimentos ocorridos na rubrica dos ativos intangíveis encontram-se nos quadros seguintes:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis consolidados

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	103 339,50	103 339,50		0,00	9 570,93	9 570,93		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 225,00	204,09		1 020,91	1 225,00	408,18		816,82
Propriedade industrial e intelectual	34 486,73	23 386,37		11 100,36	34 486,73	29 518,27		4 968,46
Outros	38 766,44	5 249,60		33 516,84				
Ativos intangíveis em curso	136 702,86			136 702,86	318 327,08			318 327,08
Total	314 520,53	132 179,56		182 340,97	363 609,74	39 497,38		324 112,36

Os ativos intangíveis consolidados apresentam um saldo de 324 mil euros, essencialmente referente a anteprojetos e projetos de execução de várias empreitadas.

**Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais disponíveis. Estes contratos referem-se somente ao Município da Nazaré.

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição	-	20 anos	-	-	-	
Instalação e exploração de um Empreendimento Turístico e Quiosque	2 MBM - Investimentos Hoteleiros, Lda	-	30 anos	105 999,00	-	-	
Exploração dos balneários da praia da Nazaré "A Onda"	Cristiana do Carmo, Unipessoal, Lda	-	13 anos	35 555,55	-	-	

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Grupo Municipal utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis consolidados

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	674 444,67	0,00		674 444,67	674 444,67	0,00		674 444,67
Edifícios e outras construções	398 554,14	49 782,32		348 771,82	403 832,94	77 621,54		326 211,40
Infraestruturas	16 699 944,43	6 374 789,58		10 325 154,85	20 924 695,09	8 394 056,14		12 530 638,95
Património histórico, artístico e cultural	53 828,76	7 507,50		46 321,26	53 828,76	12 032,85		41 795,91
Equipamento militar, de segurança e defesa	0,00	0,00			0,00	0,00		
Outros	128 845,54	105 735,62		23 109,92	128 845,54	118 967,26		9 878,28
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00			0,00	0,00		
	17 955 617,54	6 537 815,02		11 417 802,52	22 185 647,00	8 602 677,79		13 582 969,21
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 055 936,59	0,00		2 055 936,59	2 055 936,59	0,00		2 055 936,59
Edifícios e outras construções	41 459 156,44	19 900 223,40		21 558 933,04	43 475 639,91	20 042 785,47		23 432 854,44
Equipamento básico	6 927 921,96	5 829 237,95		1 098 684,01	7 022 661,58	6 067 237,38		955 424,20
Equipamento de transporte	2 321 893,27	1 638 833,09		683 060,18	2 560 011,03	1 795 100,24		764 910,79
Equipamento administrativo	3 920 786,03	3 494 225,81		426 560,22	4 020 258,37	3 647 548,03		372 710,34
Equipamentos biológicos	0,00	0,00			0,00	0,00		
Outros	1 973 338,71	1 386 831,87		586 506,84	2 037 514,03	1 527 586,77		509 927,26
Ativos fixos tangíveis em curso	7 710 767,37	0,00		7 710 767,37	4 945 535,54	0,00		4 945 535,54
	66 369 800,37	32 249 352,12		34 120 448,25	66 117 557,05	33 080 257,89		33 037 299,16
Total	84 325 417,91	38 787 167,14		45 538 250,77	88 303 204,05	41 682 935,68		46 620 268,37

Os ativos fixos tangíveis consolidados representam 86% do total do ativo e registaram um valor de 46,6 milhões de euros.

No exercício foram concluídas diversas obras, no valor global de 5,76 milhões de euros, das quais se destacam:

- Área de Localização Empresarial de Valado dos Frades (4,08 milhões de euros);
- Reparação do edifício dos Paços do Concelho (699 mil euros);
- Reabilitação do Largo do Cemitério/Miradouro na Pederneira (204 mil euros);
- Pavimentação da Rua 5 de Junho, Rua da Moucinha, Rua da Liberdade e Travessa do Clube (159 mil euros).

Também há a destacar o incremento dos ativos nos Serviços Municipalizados por força da transferência do Município das infraestruturas de saneamento no valor de 1,7 milhões de euros

**Nota 6 – Locações**

A 31 de dezembro, encontravam-se em curso os contratos, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Capital	Juro	Capital	Juro					
Locações financeiras - Edifícios	59 498,67	33 498,49	24,00	403 001,33	68 061,10	26 000,18	0,00	0,00	26 000,18	0,00
Total	59 498,67	33 498,49	24,00	403 001,33	68 061,10	26 000,18	0,00	0,00	26 000,18	0,00

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

No final do ano de 2020, o detalhe dos empréstimos obtidos consolidados está espelhado no quadro seguinte.

Quadro 7.1 - Custo de empréstimos obtidos

Financiamentos	Saldo a 31/12/2019	Variação no exercício		Saldo a 31/12/2020
		Aumentos	Reduções	
Não corrente	29 987 254,81	140 258,32	985 822,53	29 141 690,60
FAM	28 673 164,79	0,00	766 617,72	27 906 547,07
Outros financiamentos bancários	1 314 090,02	140 258,32	219 204,81	1 235 143,53
Corrente	251 388,55	986 182,53	229 417,54	1 008 153,54
FAM	0,00	766 617,72	0,00	766 617,72
Outros financiamentos bancários	251 388,55	219 564,81	229 417,54	241 535,82
Total	30 238 643,36	1 126 440,85	1 215 240,07	30 149 844,14

Como se pode observar no quadro supra, os financiamentos obtidos de médio e longo prazo (passivo não corrente) apresentam uma redução de 845 mil euros. Esta variação decorre das amortizações dos financiamentos contratados no valor de 219 mil euros e do facto do valor de 766



mil euros (valor a pagar em 2021) relativos à amortização do empréstimo do FAM ter passado para o curto prazo (passivo corrente).

Em termos globais, os financiamentos obtidos registaram uma diminuição de 88 mil euros referente às amortizações de capital no exercício (196 mil euros relativos a empréstimos, 33 mil euros relativos a locações financeiras e ao aumento do empréstimo assumido pela Nazaré Qualifica).

No que aos juros e encargos diz respeito, observe-se o quando seguinte:

Quadro 7.2 - Juros e outros encargos financeiros

Juros e Encargos	Saldo a 31/12/2019	Saldo a 31/12/2020
Juros FAM	491 008,85	510 143,39
Juros outros financiamentos bancários	13 737,89	9 815,27
Juros mora	160 382,97	15 941,90
Outros encargos financeiros	16 852,91	20 063,36
Total	681 982,62	555 963,92

Registou-se uma diminuição no total dos encargos financeiros (-126 mil euros). Este decréscimo deve-se ao menor valor de juros de mora que o Município teve que suportar neste exercício.

**Nota 10 – Inventários**

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2020 – custo médio ponderado. Pode observar-se o quadro seguinte com a informação dos valores da conta de inventários consolidados e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	146 499,91		146 499,91
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	206 665,63		206 665,63
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalho em curso			
TOTAL	353 165,54		353 165,54

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	108 332,23	680 565,69	642 398,01						146 499,91
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	158 005,85	281 708,20	227 804,29				7 609,32	2 365,19	206 665,63
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalho em curso									
TOTAL	266 338,08	962 273,89	870 202,30				7 609,32	2 365,19	353 165,54

Como se pode observar, a quantia de inventários consolidados apresenta um valor final de 353,1 mil euros, sofrendo um aumento face ao ano anterior.



Quanto ao gasto consolidado do exercício, o quadro infra mostra o respetivo cálculo.

Quadro 10.3 - Quantia de inventários reconhecida como gasto do período

Ano 2020	Mercadorias	Matérias Primas, Subs., Consumo	TOTAL
Existências Iniciais	108 332,23	158 005,85	266 338,08
Compras	680 565,69	281 708,20	962 273,89
Regularização de Existências	0,00	-5 244,13	-5 244,13
Existências Finais	146 499,91	206 665,63	353 165,54
Gasto no Exercício	0,00	227 804,29	870 202,30

Ano 2019	Mercadorias	Matérias Primas, Subs., Consumo	TOTAL
Existências Iniciais	57 035,12	153 381,93	210 417,05
Compras	764 893,87	245 611,39	1 010 505,26
Regularização de Existências	0,00	1 198,12	1 198,12
Existências Finais	108 332,23	158 005,85	266 338,08
Gasto no Exercício	713 596,76	242 185,59	955 782,35

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A NCP 15 faz a distinção entre:

- Provisões, que são reconhecidas como passivos porque são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações; e
- Passivos contingentes, que não são reconhecidos como passivos, ou porque são obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos, ou porque são obrigações em que não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 1.880.177,17 €, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município. Assim, para os processos classificados com exfluxo “provável”, foi constituída provisão a 100% do



valor da ação. Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade, sendo classificados como passivos contingentes.

Com a adoção do SNC-AP e como consequência da alteração do critério, o valor da provisão existente a 31 de dezembro de 2019 foi reduzido em 1.392.355 €, tendo este valor sido registado na conta 564 – ajustamentos de transição para SNC-AP.

Quadro 15.1 - Provisões

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 952 733,14					72 555,97			72 555,97	1 880 177,17
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1 952 733,14					72 555,97			72 555,97	1 880 177,17

O valor dos passivos contingentes ascende a 2.372.845 €.

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Estimativa Efeito Financeiro	Previsão Reembolso	
		Data	Valor
Processos judiciais em curso	2 372 845,00		
Total	2 372 845,00		

O Grupo Municipal não regista ativos contingentes.

**Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas**

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município da Nazaré nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 20.1 - Listagem de Entidades Controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Serviços Municipalizados da Nazaré	Não societária	Nazaré	9 485 572,98	100,00%	100,00%		100,00%
Nazaré Qualifica, E.M.	Societária	Nazaré	10 000,00	100,00%	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Controlo Final
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Serviços Municipalizados da Nazaré	Entidade controlada	Gastos - FSE	426 590,43	2,89%	11 536,58	100,00%
Nazaré Qualifica, E.M.	Entidade controlada	Contratos Programa	623 433,28	4,23%	0,00	100,00%
Total			1 050 023,71	7,12%	11 536,58	

**Nota 22 – Interesses em outras entidades e investimentos em associadas**

No quadro seguinte, consta a identificação das participações financeiras que o Município detém inferiores a 20%, e que foram por isso mesmo, excluídas do perímetro de consolidação.

Quadro 22.1 - Mapa de participações financeiras 2020 - Outras participações

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Percentagem de Participação	Participação no final do exercício	Capitais Próprios da Participada no final do exercício	Resultado Líquido da Participada
Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM	Societária	Nazaré	100,00	33 867	33 867	17 085
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Societária	Lisboa	0,24	273 724	113 527 680	
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Societária	Guarda	0,23	194 781	83 759 578	
Associação Sem Fins Específicos - AMO Mais	Não Societária	Caldas da Rainha	7,14			
Serviços Municipalizados da Nazaré	Não Societária	Nazaré	100,00	4 358 154	4 358 154	-1 139 734
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	Coimbra	0,32		2 505 174	121 061
Associação Portuguesa Municípios com Centro Histórico	Não Societária	Lamego	0,006			
Comunidade Intermunicipal do Oeste	Não Societária	Caldas da Rainha	5,23			
Fundo de Apoio Municipal	OPCDP	Lisboa	0,09	372 051	417 857 175	

Quadro 22.2 - Mapa de participações financeiras 2020

Designação da Entidade	Percentagem de Participação	Critério de valorização	Participação no início do exercício	Movimentos do ano			Resultado Líquido da Participada	Capitais Próprios da Participada no final do exercício	Participação no final do exercício
				Rendimentos	Gastos	Outras variações			
Empresa Municipal Nazaré Qualifica, EM	100,00	MEP	16 782	2 138 482	2 121 397		17 085	33 867	33 867
Serviços Municipalizados da Nazaré	100,00	MEP	5 497 889	5 370 446	6 510 180		-1 139 734	4 358 154	4 358 154
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	0,24	Custo	273 724					113 527 680	273 724
Águas do Vale do Tejo, S.A.	0,23	Custo	194 781					83 759 578	194 781
Fundo de Apoio Municipal	0,09	Custo	372 051					417 857 175	372 051
Total			6 355 227	7 508 927	8 631 577		-1 122 650	619 536 454	5 232 577

Observando o quadro supra, podemos verificar que as participações financeiras do Município diminuíram em 1,2 milhões de euros.

Com a aplicação do método de equivalência patrimonial, foi registado um ganho imputado de 17 mil euros pelo resultado líquido positivo da Empresa Municipal Nazaré Qualifica e foi registado um



gasto imputado dos Serviços Municipalizados de 1,13 milhões de euros, que resulta de os Serviços Municipalizados terem apresentado um resultado líquido negativo no final do ano de 2020.

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Património líquido

Quadro 23.1 - Variações no património líquido consolidado

Rubrica	Saldo a 31/12/2019	Movimento do período		Saldo a 31/12/2020
		Aumentos	Reduções	
Património / Capital	12 811 254,78			12 811 254,78
Reservas	307 676,23			307 676,23
Resultados transitados	-3 219 893,01	1 088 326,06	0,00	-2 131 566,95
Resultados transitados de anos anteriores	-9 772 101,60	1 088 326,06		-8 683 775,54
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	6 552 208,59			6 552 208,59
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 937 701,35	-10 791,68	0,00	-4 948 493,03
Município da Nazaré	-4 805 718,89			-4 805 718,89
Serviços Municipalizados da Nazaré	-131 982,46	-10 791,68		-142 774,14
Outras variações no património líquido	11 024 015,89	2 301 237,44	1 078 479,79	12 246 773,54
Transferências e subsídios para aquisição ativos depreciables	10 342 704,76	2 245 417,44	1 078 479,79	11 509 642,41
Transferências de capital do Orçamento de Estado	450 402,00	55 820,00		506 222,00
Doações	230 909,13			230 909,13
Resultado líquido do período	637 924,06		157 093,14	480 830,92
TOTAL	16 623 276,60	3 378 771,82	1 235 572,93	18 766 475,49

A rubrica resultados transitados, apresenta um saldo de 2.131.566,95 €. Apresenta uma variação de 1 milhão de euros relativamente a 2019, essencialmente pela aplicação do resultado líquido de 2019, conforme proposta aprovada em assembleia municipal e pelo registo do ganho da participação financeira nos SMN no ano de 2019.

Nas outras variações no património líquido, com a entrada em vigor do SNC-AP, passaram-se a registar nesta rubrica os subsídios ao investimento (que anteriormente eram registados na rubrica de rendimentos a reconhecer) e as transferências de capital no âmbito do FEF (que anteriormente eram registadas em rendimentos do exercício).

**23.2 – Outras contas a receber e a pagar**

A evolução da rubrica de outras contas a receber e a pagar ilustra-se no quadro seguinte.

Quadro 23.2 - Outras contas a receber e a pagar

Contas a receber e a pagar	Saldo a 31/12/2019	Saldo a 31/12/2020	Variação	Variação %
A receber	2 140 206,33	2 132 769,37	-7 436,96	-0,35%
Ativo corrente				
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	168 520,19	170 617,23	2 097,04	1,24%
Clientes, contribuintes e utentes	730 953,40	630 468,65	-100 484,75	-13,75%
Outras contas a receber	1 000 004,41	1 173 900,45	173 896,04	17,39%
Devedores por acréscimo de rendimentos	598 388,77	714 635,07	116 246,30	19,43%
Outros	13 026,96	95 694,80	82 667,84	634,59%
Valores a regularizar	388 588,68	363 570,58	-25 018,10	-6,44%
Estado e outros entes públicos	240 728,33	157 783,04	-82 945,29	-34,46%
A pagar	4 927 336,39	3 899 351,65	-1 027 984,74	-20,86%
Passivo corrente				
Fornecedores	1 378 056,48	1 122 842,14	-255 214,34	-18,52%
Fornecedores de investimentos	1 012 022,85	587 199,25	-424 823,60	-41,98%
Estado e outros entes públicos	226 339,18	149 275,09	-77 064,09	-34,05%
Outras contas a pagar	1 537 428,63	1 204 167,74	-333 260,89	-21,68%
Credores por acréscimos de gastos	1 029 891,50	912 193,75	-117 697,75	-11,43%
Outros devedores e credores	507 537,13	291 973,99	-215 563,14	-42,47%
Passivo não corrente				
Outras contas a pagar	773 489,25	835 867,43	62 378,18	8,06%
Garantias e cauções	773 489,25	835 446,90	61 957,65	8,01%
Outros	0,00	420,53	420,53	100,00%

**23.3 – Rendimentos**

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2019 e 2020 é detalhado no quadro infra.

Quadro 23.3 - Rendimentos

RENDIMENTOS	Saldo a 31/12/2019	Saldo a 31/12/2020	Var. 20/19
Impostos, contribuições e taxas	7 058 827,73	7 654 645,81	595 818,08
Impostos diretos	5 135 064,82	5 163 757,55	28 692,73
Impostos indiretos	1 757 228,93	2 260 713,73	503 484,80
Taxas, multas e outras penalidades	166 533,98	230 174,53	63 640,55
Vendas	1 971 708,51	1 447 783,75	-523 924,76
Prestações de serviços e concessões	6 031 755,40	4 644 477,45	-1 387 277,95
Transferências e subsídios obtidos	3 810 015,13	4 392 816,47	582 801,34
Trabalhos para a própria entidade	0,00	90 949,14	90 949,14
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	166 147,79	7 287,06	-158 860,73
Outros rendimentos	1 078 586,36	1 292 445,87	213 859,51
Juros e rendimentos similares obtidos	3,63	7 948,57	7 944,94
Total	20 117 044,55	19 538 354,12	-578 690,43

**23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos**

No quadro abaixo pode observar-se os valores dos principais fornecimentos e serviços externos consolidados em 2020, bem como a variação relativamente ao ano anterior.

Quadro 23.4 - Fornecimentos e serviços externos

FSE	Saldo a 31/12/2019	Saldo a 31/12/2020	Var. 20/19	Varição %
Subcontratos e parcerias	823 668,42	895 078,47	71 410,05	8,67%
Saneamento básico	663 562,51	671 490,57	7 928,06	1,19%
Serviços de recolha e tratamento de RSU	160 105,91	223 587,90	63 481,99	39,65%
Serviços diversos	1 733 097,27	1 196 834,30	-536 262,97	-30,94%
Rendas e alugueres	385 090,69	157 817,30	-227 273,39	-59,02%
Comunicações	92 867,12	91 817,51	-1 049,61	-1,13%
Seguros	31 832,86	70 735,19	38 902,33	122,21%
Limpeza, higiene e conforto	206 515,18	167 437,91	-39 077,27	-18,92%
Serviços desportivos	54 123,00	36 618,40	-17 504,60	-32,34%
Serviços de educação	128 324,29	237 501,86	109 177,57	85,08%
Serviços culturais	452 574,72	110 914,39	-341 660,33	-75,49%
Refeições	34 139,70	39 629,73	5 490,03	16,08%
Outros	347 629,71	284 362,01	-63 267,70	-18,20%
Serviços especializados	2 313 055,97	2 008 058,91	-304 997,06	-13,19%
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	116 264,74	60 517,30	-55 747,44	-47,95%
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	240 280,71	52 621,08	-187 659,63	-78,10%
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	96 797,31	41 451,00	-55 346,31	-57,18%
Publicidade,, comunicação e imagem	187 463,20	61 497,29	-125 965,91	-67,20%
Vigilância e segurança	253 591,65	256 534,64	2 942,99	1,16%
Comissões de cobrança de impostos e taxas	151 572,78	169 515,49	17 942,71	11,84%
Conservação e reparação	402 621,25	511 135,57	108 514,32	26,95%
Honorários	231 698,18	279 591,40	47 893,22	20,67%
Comissões	60 171,87	61 338,36	1 166,49	1,94%
Outros	572 594,28	513 856,78	-58 737,50	-10,26%
Energia e fluidos	1 239 460,19	968 449,83	-271 010,36	-21,87%
Eletricidade	787 551,56	616 067,52	-171 484,04	-21,77%
Combustíveis e lubrificantes	451 908,63	352 382,31	-99 526,32	-22,02%
Materiais de consumo	240 826,61	366 292,68	125 466,07	52,10%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	60 900,49	40 338,59	-20 561,90	-33,76%
Vestuário e artigos pessoais	13 192,84	61 749,67	48 556,83	368,05%
Material de escritório	60 793,30	36 131,29	-24 662,01	-40,57%
Outros	105 939,98	228 073,13	122 133,15	115,29%
Serviços de alojamento e restauração	197 336,17	79 127,48	-118 208,69	-59,90%
Deslocações , estadas e transportes	249 763,23	102 945,36	-146 817,87	-58,78%
Total	6 797 207,86	5 616 787,03	-1 180 420,83	-17,37%



Esta rubrica regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas. Teve um decréscimo de 17,37%.

Grande parte desta redução prende-se com a situação em que vivemos com a pandemia COVID-19. Os gastos com gás, refeições escolares, serviços inerentes a eventos culturais e desportivos, diminuíram todos, uma vez que o encerramento das escolas, das cantinas escolares, das piscinas dos centros escolares, do forte S. Miguel Arcanjo (Farol) e da piscina municipal e a não realização de vários eventos, conduziram a tal decréscimo neste tipo de gastos.

Por outro lado, registou-se um aumento em outros fornecimentos e serviços associados a despesas com a COVID-19, nomeadamente ao nível de aquisição de máscaras sociais para oferta aos munícipes, todo o tipo de desinfetantes e álcool gel, placas informativas e sinalização diversa, vestuário adequado para reforço da segurança e higiene dos funcionários da autarquia, aquisição de bens alimentares para pessoas carenciadas e reforço nos prestadores de serviços para as escolas do concelho e higienização das instalações municipais.

**23.5 – Gastos com Pessoal**

No final de 2020, o saldo da conta de gastos com o pessoal, decompõe-se conforme quadro infra.

Quadro 23.5 - Gastos com pessoal

Rubricas	Saldo a 31/12/2019	Saldo a 31/12/2020	Varição
Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	220 991,44	212 075,34	-4,03%
Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho por tempo indeterminado	3 981 921,92	4 416 796,96	10,92%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto	335 390,05	475 340,18	41,73%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	164 464,65	175 450,68	6,68%
Pessoal em qualquer outra situação	59 350,16	76 664,73	29,17%
Subsídio de refeição	293 607,92	358 890,19	22,23%
Suplementos e prémios	76 520,64	69 276,87	-9,47%
Ajudas de custo	68 256,52	41 349,39	-39,42%
Trabalho extraordinário	178 309,05	137 889,21	-22,67%
Abono para falhas	34 738,85	32 145,45	-7,47%
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	114 776,94	156 165,56	36,06%
Caixa Geral de Aposentações	589 528,07	534 033,31	-9,41%
Segurança Social	688 139,24	863 678,96	25,51%
Subsistema de saúde	17 349,52	42 510,86	145,03%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	58 746,87	49 416,16	-15,88%
Serviço Nacional de Saúde	47 640,72	57 661,48	21,03%
Indemnizações	62 265,72	0,00	-100,00%
Outros gastos com o pessoal	73 055,80	93 492,47	27,97%
Subsídio familiar a crianças e jovens	9 715,53	9 932,60	2,23%
Outras prestações familiares	19 343,13	8 029,76	-58,49%
Total	7 094 112,74	7 810 800,16	10,10%

Compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários do Grupo Municipal, com o executivo municipal e os órgãos sociais da Empresa Municipal Nazaré Qualifica. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 450 colaboradores. No âmbito da transferência de competências na educação, foram transferidos para o Município 36 colaboradores até ao final do ano.

Este aumento em termos de gasto (716.687,42 €) resulta da transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, do descongelamento das progressões na carreira, do aumento do salário mínimo nacional e das entradas resultantes de procedimentos concursais para contratos de trabalho por tempo indeterminado e da contratação de pessoal com contrato a termo que visa o reforço de equipas que executam tarefas de limpeza e



higienização. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

23.6 – Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Quadro 23.6 - Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Rubricas	Saldo a 31/12/2019	Saldo a 31/12/2020	Varição
Transferências e subsídios concedidos	972 306,95	881 619,42	-9,33%
Freguesias	252 146,40	252 461,85	0,13%
Instituições sem fins lucrativos	410 350,42	366 211,16	-10,76%
Outros	309 810,13	262 946,41	-15,13%
Outros gastos	630 576,74	842 941,16	33,68%
Correções relativas a períodos anteriores	243 389,64	421 885,41	73,34%
Taxas	117 552,57	112 252,35	-4,51%
Quotizações	101 513,24	164 768,86	62,31%
Outros	168 121,29	144 034,54	-14,33%
Total	1 602 883,69	1 724 560,58	7,59%

Relativamente às transferências e subsídios concedidos, o decréscimo resulta essencialmente da atualização dos valores inscritos nos Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo.

Relativamente aos outros gastos, o aumento de 212 mil euros incide sobretudo na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, com o registo de faturas que só chegaram aos serviços após fecho de contas. Nesta rubrica há a destacar o pagamento do valor de 155 mil euros dum processo judicial e que não estava totalmente provisionado e também foi pago o valor de 100 mil euros referente a um evento do ano anterior e ainda a constituição de uma imparidade de dívidas a receber de anos anteriores no valor de 67 mil euros.

Relativamente às quotizações, há a destacar a Comunidade Intermunicipal do Oeste (140.441,98 €), Oeste Sustentável (12.975,65 €), Associação Nacional de Municípios Portugueses (4.930,10 €), Associação de Fins Específicos – AMO Mais (2.400 €), entre outras.



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Nazaré, 9 de junho de 2021

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo